O TRABALHO COM RESÍDUOS – CONSIDERAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO SOCIAL E IDENTIDADE PROFISSIONAL DE CLASSIFICADORES²

Maria Scarlet do Carmo

Doutora pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – EBAPE/FGV e professora adjunta da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO. E-mail: scarletcarmo@gmail.com

Rita Gabriella Lobo Arruda

Graduada pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – EBAPE/FGV e funcionária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. E-mail: ritagabriella@gmail.com

Resumo

Este artigo teve como objetivo investigar o impacto da semântica negativa do lixo na organização do trabalho, o reconhecimento social e a identidade profissional dos classificadores de uma usina de separação de recicláveis na cidade do Rio de Janeiro. Os dados foram obtidos mediante observação participante e entrevistas com 32 pessoas, entre cooperados e coordenadores de projetos. Por semântica negativa do lixo entendemos os significados atribuídos ao lixo que levariam a uma associação de seus trabalhadores (catadores, lixeiros) com o estigma (Eigenheer, 2003; Magera, 2003; Portilho, 1997). Os classificadores da usina de separação não interagem com a sociedade enquanto trabalham, o que amenizaria o impacto dessa semântica negativa do lixo. Todavia, prevalecem uma baixa autoestima e uma baixa valorização da profissão em função dos rendimentos e da assimetria de informação, impedindo a formação de laços (filiação) com a organização e, consequentemente, a identificação dos trabalhadores com a usina. Embora esta tenha sido criada com o objetivo de promover melhores ganhos, constatou-se que a organização do trabalho, o reconhecimento social e a identidade profissional permaneceram inalterados, exatamente pelo não alcance desses aspectos. Assim, os efeitos da semântica negativa do lixo, como a dificuldade de formação de laços de solidariedade e de confiança mútua (Carmo, 2009a; 2009b), seriam fruto da incompreensão sobre a lógica de negociação do produto do trabalho dos classificadores de lixo.

Palavras-chave: classificadores, catadores, lixo, recicláveis, cooperativa.

¹ Recebido em 14.07.2009. Aprovado em 07.10.2009 Disponibilizado em 28.04.2010. Avaliado pelo sistema *double blind review*

² Um esboço deste artigo foi inicialmente apresentado no XXX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), em Salvador (BA), Brasil, de 23 a 27 de set. de 2006.

Abstract

The objective of this paper is to analyze the influence of a negative semantics of garbage in the social recognition and professional identity of the members of a separation cooperative in the city of Rio de Janeiro, Brazil. The data was collected through participant observation and 32 interviews with cooperative workers and buyers and managers. We understand the association of the work with garbage to the idea of social degradation as a negative semantic association with garbage (Eigenheer, 2003; Magera, 2003; Portilho, 1997). The members of this separation cooperative do not interact with the passers-by (society in general) during their work. This absence of social interaction diminishes the impact of the negative semantics of garbage among them. Among the workers there is a low self-esteem and no official consideration of their job as a profession. This condition appears to be influenced by a lack of social recognition, low salaries and an asymmetry of information. Notwithstanding, we were able to identify a strong structure within the cooperative and the low impact of the negative semantics of garbage among the members. This paper concludes that the absence of social recognition and the lack of professional identity of these members is not a consequence of negative semantics (Carmo, 2009a e 2009b), but a result of the difficulty in understanding the market logic that results from their work.

Keywords: classifiers, recyclers, garbage, recyclables, cooperative.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de um estudo de caso realizado no núcleo de uma Central de Separação de Recicláveis (CSR) – usina que trata do material obtido por meio da coleta seletiva urbana – que operou entre os anos de 2003 e 2006 na cidade do Rio de Janeiro. A central foi fechada por motivos não revelados aos observadores. Contudo, embora não exista mais, os aspectos nela observados servem de base para que se façam alguns comentários no que tange ao estabelecimento de políticas públicas para trabalhadores que manuseiam resíduos, considerando-se as questões relativas ao estigma (Eigenheer, 2003; Gonçalves, 2006; Portilho, 1997) e à exploração (Castillo Berthier, 2003; P. Gonçalves, 2003; Magera, 2003; Medina, 2000; 2001; 2007).

A implementação de usinas de separação pelo poder público municipal, como a que constitui objeto deste estudo, representou tanto uma alternativa ao problema da vazão dos resíduos urbanos quanto um projeto social. Logo, não poderia ser entendida como um empreendimento voltado apenas para o mercado, mas para o auxílio a pessoas sem condições de inserção no mercado de trabalho formal (Carmo, 2008).

Enquanto os catadores de rua da cidade costumam ser cooperados ou autônomos (informais), os classificadores seriam praticamente pessoas cooperadas. A adesão a cooperativas costuma ser algo desinteressante para uma parcela de catadores de rua, pois, muitas vezes, implica a dedicação do tempo não só à coleta como também à participação em assembleias e em eventos e a tomada de decisões relacionadas a tributos, balanços, escolha de representantes, ou seja, responsabilidades muitas vezes não atraentes aos catadores (Carmo, 2008; 2009a). Ela o é também para os classificadores.

Quando trabalham como autônomos, os catadores estão livres das responsabilidades inerentes à organização em cooperativas. No entanto, por outro lado, permanecem presos a uma relação de dependência para com os sucateiros – pequenos compradores, ou compradores-satélite (termo cunhado por Birkbeck, 1979). Como, em geral, o preço da mercadoria está direta e

positivamente correlacionado a seu volume, os catadores não cooperados, ou seja, teoricamente sem condições de acesso à escala receberiam menos pelo produto negociado.

Acreditava o poder público que, ao propor políticas de apoio a catadores, estes teriam condições de agregar valor (ao obterem escala) e consequentemente se aproximar de intermediários de médio ou grande porte (Brito, 2001). Com isso, a exploração comumente narrada pela literatura (Bastos, 2008; Castillo Berthier, 2003; Furedy, 1984; P. Gonçalves, 2003; Magera, 2003; Medina, 2000, 2001; Ojeda-Benitez et al., 2002; Sembiring & Nitivattananon, 2010) seria vencida.

O valor pago pela mercadoria aos catadores tende a ser estabelecido pelos atravessadores, tal como em outros países (Berthier, 2003; Birkbeck, 1979; Kaseva, & Gupta, 1996). Calderoni (1998, p. 65), entretanto, atribui essa função às indústrias, e não ao atravessador, pelo fato de elas operarem em “regime de monopólio e monopsonio”. O fato de o mercado de reciclados ser oligopsônico faz com que os catadores vivam à mercê do preço estabelecido por esses demais segmentos (P. Gonçalves, 2003; Medina, 2000). Isso os tornaria, segundo P. Gonçalves (2003), invisíveis dentro do sistema (cadeia da reciclagem).

As políticas de apoio aos catadores por parte do poder público municipal da cidade do Rio de Janeiro têm início a partir da década de 1990 e apresentam como objetivos levá-los a atender a uma economia de escala, retirá-los da exploração e da informalidade, bem como contribuir para a superação do estigma (Brito, 2001). Estima-se que 40 mil pessoas no Estado do Rio de Janeiro sobrevivam do comércio de resíduos em aterros e nas ruas (Jansen, 2009).

Tendo em vista esse número elevado de pessoas e a importância que tem sido dada a esse tipo de política de apoio, o presente estudo tratou de verificar o impacto da semântica negativa do lixo em um grupo de pessoas que manipulam resíduos em usinas de separação, bem como a organização do trabalho, o reconhecimento social e a identidade profissional.

Por semântica negativa são entendidos os significados pejorativos atribuídos ao lixo, cujo manuseio levaria a uma noção de degradação social (Ashfort & Kreiner, 1999). O significante lixo pode remeter a significados como degeneração, decomposição, resto. Como objeto sem valor ou utilidade, pode levar à associação com coisa ordinária ou fora do lugar, caos, bagunça. Já suas características desagradáveis e incômodas (odor, aparência, decomposição) possibilitam associações com morte, limite, fim (Eigenheer, 2003; Freud, 1995; Rodrigues, 1992; 1995).

É por tudo isso que o lixo é considerado um tema sem importância por parte da sociedade em geral. Cemitérios, asilos e manicômios sempre foram condenados à periferia das grandes cidades (Foucault, 1989), e os que trabalhavam nesses lugares, tidos como “cidadãos de terceira categoria” (Eigenheer, 2003, p. 21; Simpson & Simpson, 1959). Para se ter uma ideia, enquanto, em países desenvolvidos, o manuseio do lixo para reciclagem que não pode ser realizado por máquinas – varrição, coleta, separação – é executado por imigrantes, provenientes de países pobres (Eigenheer, 2003), no Brasil e nos demais países em desenvolvimento (Medina, 1998; 2001; Sicular, 1991), são os migrantes internos, de regiões social e economicamente desfavorecidas, que executam tais atividades. Apesar de existirem muitos imigrantes nesse ramo, eles comporiam o segmento de pequenos compradores (satélites) ou de médio e grande porte (Eigenheer, 2003; Portilho, 1997).

No Brasil, os sérios problemas de ordem social e, consequentemente, econômica levam à exclusão de uma grande camada da população do mercado formal de trabalho, restringindo a atividade com o lixo às pessoas excluídas socialmente, que a executam como forma de subsistência (Eigenheer, Ferreira e Adler, 2005; Medina, 2007). Esse fato se acentuou a partir da década de 1990, com a liberação de mão de obra das atividades assalariadas tradicionais,

época em que as políticas públicas de apoio aos catadores experimentaram seu auge, não obstante por motivos econômicos (Carmo, 2008).

Ao implementar usinas no início do século XXI, na cidade do Rio de Janeiro, o poder público municipal teve como propósito recrutar pessoas para trabalharem como separadoras em ambiente propício (condições de higiene e segurança) e com garantias de remuneração adequada, obtida por meio do alcance de volume (escala), e com qualidade condizente com as exigências de atravessadores de grande porte. Teve também como propósito oferecer condições dignas de trabalho, atentando para higiene e segurança.

Em trabalho anterior (Carmo, Migueles, & Oliveira, 2004), constatou-se que muitos catadores de rua têm problemas de autoestima por trabalharem com um material que, por estar impregnado de uma semântica negativa, os impediria de serem reconhecidos social e profissionalmente. Nogueira (1996), em estudo na cidade de Vitória, no Espírito Santo, afirma que ex-catadores de lixo se sentiram mais integrados à condição de trabalhador quando o poder público os instalou em usinas. Nesse sentido, buscou-se verificar se, entre os separadores de usina dessa cidade, ocorreria fenômeno similar ao observado naqueles dois estudos. Constatou-se que a formação da usina, objeto de análise neste artigo, embora não tenha resolvido os problemas relacionados à exploração (manifestados pelos baixos rendimentos salariais), tampouco os relacionados à confiança (capital social) e à exclusão, observados em trabalho anterior (Carmo et al., 2004), permitiu que o estigma fosse amenizado ou diluído.

Como os catadores de rua daquele estudo, muitos cooperados, diante da ausência de alternativa melhor de trabalho, tinham suas tarefas como temporárias. Contrariamente àqueles, receberiam salários mais baixos em função dos tributos e da assunção dos riscos do negócio (inerentes ao atendimento à escala).

Mesmo que a questão do estigma possa ter sido superada no presente grupo, em função da estrutura organizacional oferecida, a falta de domínio sobre a economia da reciclagem (lógica do processo de negociação) faz com que a exploração ocupe o espaço daquela questão resultante da semântica negativa do lixo. Embora diluído o estigma, há um estado permanente de desconfiança e de exploração, o qual será descrito a fim de que se compreenda o papel da semântica do lixo na identidade profissional desse grupo.

2. METODOLOGIA

As observações de campo ocorreram três vezes por semana, entre o período de abril a outubro de 2004, junto à população de classificadores de uma Central de Separação de Recicláveis (CSR), localizada em um bairro da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Realizaram-se cinco entrevistas abertas e 21 semiestruturadas, em um grupo de 73 cooperados. Também foram feitas entrevistas com dois compradores, três coordenadores de projetos da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) e um administrador da cooperativa. Ao todo foram ouvidas 32 pessoas. Documentos – relatórios internos e material proveniente da mídia – também foram usados na construção desta análise. Visitas esporádicas foram feitas ao local, posteriormente ao período citado, até o ano de 2006, quando a cooperativa encerrou suas atividades.

Partindo do pressuposto de que as experiências dos sujeitos são carregadas de sentido, buscou-se investigar que significados poderiam ser extraídos dos membros desse grupo para servir de auxílio na construção de um recorte epistemológico orientado para questões pertinentes à administração e à economia do meio ambiente. Dessa forma, este artigo visa

retratar as impressões obtidas sobre o contexto de trabalho desses atores e sua percepção de realidade.

Foi investigada a expectativa dos cooperados em relação à estrutura de trabalho; o nível de envolvimento com a organização e o modo como se articulam para resolver problemas coletivos; o modo como lidam com a atividade que desempenham; e a relação estabelecida entre eles e a sociedade. A teoria que serviu de base para o estudo do universo simbólico do grupo parte de um recorte semiótico da articulação do comportamento dos sujeitos observados em um dado contexto, seguido de uma interpretação baseada na descrição densa dos significados partilhados por eles (Geertz, 1989).

3. RESULTADOS

Formada por aproximadamente 6.136.652 habitantes e uma área de 116.848,48 ha, a cidade do Rio de Janeiro é dividida administrativamente em regiões (ou áreas de planejamento): Zona Sul, Centro, Zona Norte e Zona Oeste. A Zona Sul (lixo rico), região de moradia, abarca população com maior poder aquisitivo. O Centro (lixo muito rico, ou seja, praticamente separado e puro), tem poucos habitantes, é o polo comercial e financeiro da cidade. A Zona Oeste e a Zona Norte (lixo pobre, contaminado, ou seja, misturado a dejetos não aproveitáveis) possuem um número elevado de habitantes, porém de menor poder aquisitivo. O estudo que se pretende narrar foi realizado em uma área de lixo rico. Antes, faz-se necessário retratar o contexto anterior à sua inauguração.

3.1 Cooperativas de catadores da cidade do Rio de Janeiro

No fim de 1993 e no início de 1994, a Comlurb apoiou o projeto de Cooperativas de Catadores e Carroceiros da Cidade do Rio de Janeiro, gerenciado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC). O apoio consistiu em ceder espaços com condições de acúmulo (escala) antes da negociação. Para a implementação desse projeto, foi estabelecida parceria também com compradores -satélites (informais) da cidade. Tal parceira, contudo, não surtiu os efeitos esperados, pois a disponibilização de pontos nas quatro regiões da cidade implicou a permanência dos catadores cadastrados pela PUC sob o comando ou a liderança dos compradores-satélites que, tradicionais no comércio, eram os mesmos com quem já estavam acostumados a negociar.

Essa aproximação entre catadores e compradores já tradicionais levou ao desvirtuamento do projeto, por não permitir que esses próprios compradores – que de garrafeiros (donos de caminhões que compravam em pontos dispersos da cidade) agora teriam ascendido à condição de intermediários de pequeno porte (em pontos fixos) – fossem rechaçados.

Dessa forma, em vez do atendimento a interesses coletivos dos catadores, abriu-se espaço para o fortalecimento de interesses de compradores-satélites (já existentes). Segundo alguns catadores, esse desvirtuamento do projeto ocorreu com a conivência de alguns membros do próprio poder público.

Além do mais, a Comlurb não levou em consideração, quando fez o recadastramento, que os catadores de facções (que por ordem de organizações criminosas são proibidos de trabalhar ou conviver próximos a seus rivais) ou de regiões distintas se misturaram, o que levou a uma série de conflitos que culminou em ações de vandalismo e de destruição de algumas instalações: “Teve catador que roubou janelas e grades pra vender como ferro velho, onde já se viu” [funcionário da Comlurb].

Uma sucessão de erros – dificuldade de adesão às regras impostas (como a necessidade de cooperação), origem cultural diversa dos catadores, parceria com compradores tradicionais – levou ao fracasso dessa intervenção de 1994.

Tal fracasso levou a uma decepção mútua. Catadores foram rechaçados por não aderirem ao proposto pelos gestores públicos; estes, por não conseguirem adaptar sua proposta de organização à cultura dos que foram ignorados. Dessa forma, o catador, que deveria se comprometer mais em face das exigências do mercado (escala, competitividade), não conseguiu fazê-lo; e o poder público, que deveria considerar em seu projeto a cultura do catador (idiossincrasias, dificuldade de adesão a regras como assiduidade, rotina e hierarquia), também não foi bem-sucedido. Ou seja, permaneceram reciprocamente frustrados. Essa cultura, aliada ao desvirtuamento dos propósitos do projeto, contribuiu para o afastamento do poder público das questões ligadas ao catadores naquela época e para a proposição de um projeto diferente no início do século XXI.

3.2 A Central de Separação de Recicláveis (CSR)

Em 2001, a Comlurb ensaia os primeiros passos desse seu novo projeto ao implementar os Ecopontos – para depósito de entulho de obras até bens inservíveis domésticos – e a coleta de recicláveis em escolas. Em 2003, inaugura o primeiro núcleo da CSR nos bairros de Bangu e Botafogo (além de outros dois).

A CSR é caracterizada por pontos de recepção do lixo proveniente da coleta seletiva urbana, separado por classificadores, pessoas contratadas como cooperadas, que separam, de acordo com sua especificidade (papel, plástico, papelão, latinhas...), o material trazido pelos caminhões da coleta seletiva urbana depois de separado pelos geradores.

Cerca de 70 pessoas, com idade entre 19 e 64 anos, naturais do Rio de Janeiro ou migrantes das regiões Norte e Nordeste do Brasil, dividiam-se entre tarefas como separação até armazenamento de material reciclável. A maioria era analfabeta ou apresentava o primeiro grau incompleto; trabalhava ali havia menos de um ano, sendo que as mais antigas teriam trabalhado antes no aterro da cidade ou em uma antiga usina de separação (de material misturado) e vieram para esse núcleo para treinar recém-contratados. Noventa e cinco por cento (95%) deles nunca tiveram uma conta no banco; 42% não tinham documento de identidade.

O objetivo desse projeto do poder público foi de cunho social, bem como de promover uma coleta de recicláveis com o mínimo de custos possíveis, caracterizados desde a catação selvagem – pelo catador predatório de rua que abre os sacos indiscriminadamente – até a transferência e o destino final. Em entrevista na internet, o presidente da Comlurb na época da implementação desse projeto afirmava:

É muito importante também que essa atividade garanta às indústrias que usam material reciclável o suprimento. Porque hoje a indústria não cresce mais porque não tem a garantia do suprimento do material reciclável. (...) a garantia de que eles vão poder dispor em tempo real do material reciclável para eles produzirem os produtos que fabricam (Carvalho Filho, 2004).

Diferentemente dos catadores de rua (cooperados ou não), os classificadores da CSR estudada trabalham em ambiente isolado da rua e dos transeuntes, em instalações que possuem várias enfardadeiras e espaço para armazenamento suficiente para um considerável acúmulo de mercadoria. Isso possibilita que o repasse seja feito a intermediários de grande porte, de modo

que o valor pago pelo quilo da mercadoria seja maior em comparação ao valor pago aos catadores, pois, além de maior volume (escala), os classificadores driblam sucateiros e pequenos atravessadores.

A Comlurb, além dos recicláveis, garantia a manutenção das instalações e fiscalizava o trabalho. No que tange à gestão interna, esta era realizada por uma central de cooperativas, escolhida por meio de chamamento público (lei 3.273 de 6/9/2001), a fim de atender aos requisitos necessários para sua administração e operação. Era a central que se responsabilizava pela negociação do material junto às indústrias e pelo repasse dos ganhos aos cooperados.

Em um enorme galpão, os cooperados se distribuíam em funções como classificação, puxar/puxadores (envolvia o material das gaiolas para as esteiras em que era feita a separação), varreção (os que cuidavam da limpeza do local), transporte (os que levavam o material das esteiras para ser enfardado), enfardamento e faxina. Para o desempenho dessas funções, colegas eram encarregados de liderar os demais, mas isso nem sempre era bem-aceito:

Pode me tirar de líder, a mulher ali começou a jogar as coisas. Eu não tô aqui para aguentar desaforo. Não aguento desaforo nem da minha mãe! Gritando com a gente! Não tô aqui para ouvir os outros gritando comigo!
[classificadora]

Era a gestão da produção que os elegia e contava com eles para sanar os imprevistos ligados não só à execução do trabalho mas também à produção (como o estoque de arames e demais insumos). O material oriundo da coleta seletiva era transportado e despejado em silos, e, depois, puxado até esteiras, onde era separado pelos classificadores. Após separado, o material era enfardado, pesado (pelo gestor da produção) e armazenado de acordo com o tipo.

Todos tinham noção de que as etapas tinham de ser cumpridas à risca a fim de dar conta de todo o processo. Os puxadores eram cobrados pelos classificadores e estes tinham de ser eficientes para atender às necessidades dos enfardadores, e assim sucessivamente. A meta de produção era de trinta fardos diários, o que proporcionava um salário em torno de R\$ 350,00 por mês e mantinha acirrada a cobrança permanente de eficiência; o trabalho distribuído em uma jornada de oito horas diárias lhes dava muito pouco em troca.

3.3. Aspectos culturais, reciprocidade e formas de organização – hábitos e socialização

A cultura não é uma coisa, como bem afirma Geertz (1989), mas um contexto criado por uma perspectiva simbólica de entendimento do mundo, uma teia de significados que se transformam ao longo das interações cotidianas. Conforme Spink e Menegon (2000), a cultura pode ser definida como “uma espécie de organização cognitiva socialmente compartilhada” (p. 80). Nesse sentido, a organização cognitiva dos catadores de rua, assim como dos separadores, parece que entrou em conflito com o “entendimento de mundo” do poder público. No caso dos catadores, houve uma grande dificuldade de adesão a hábitos como assiduidade, disciplina, rotina e cooperação, aspectos que seriam fundamentais para o bom andamento da organização pensada para eles na década de 1990 (daí o poder público ter evitado recrutá-los para esse projeto). Não obstante a existência de conflitos como os constatados na época, associados a suas idiossincrasias, Birkbeck (1978) e Rodriguez (2003) narram ser esse um aspecto comum nesses grupos. Todavia, haveria também um aparente desinteresse dos compradores em modificar a tradicional conjuntura do comércio, de modo que os conflitos desempenhariam um papel interessantes. Embora não aprofundados na época, vejamos como se dava o conflito entre esse grupo: “A minha relação com as pessoas daqui é

ótima, me dou bem com dois ou três”. Após essa declaração, uma classificadora tenta explicar:

Este trabalho é muito bruto e a gente vai ficando bruto com o tempo também. Quando ocê vê tá dando coice nos outros. Tá falando com brutalidade sem razão... As pessoas não podem ficar paradas aqui. Tem que ir pra frente. Mas tem muita mulher por aí acomodada.

Os conflitos e as queixas, primeiramente, tendiam a ser canalizados para os pares. No que tange à sua manutenção, o poder público os superava mediante a autoridade enérgica da gestão produtiva, quando as regras e as hierarquias eram respeitadas sob o custo de serem dispensados. Essa tática impedia que os conflitos e as rivalidades interferissem significativamente na produtividade.

Catadores de rua e classificadores são pessoas extremamente desconfiadas de si, dos colegas e dos superiores. O capital social – ou a capacidade de estabelecimento de relações de confiança mútua entre membros de uma sociedade (Araújo, 2003; Kliksberg, 2002; Putnam, 1996) – entre eles é extremamente baixo. A manifestação de capital social em um determinado grupo ocorre mediante a confiança, a cooperação e a reciprocidade entre seus membros, características adquiridas por meio de lógicas culturais e simbólicas reforçadas na prática.

Quanto ao poder público, os classificadores não se constrangiam ao afirmar que não lhe inspiravam confiança. Também não confiavam nos compradores, nos coordenadores de projetos e sociedade, bem como em si mesmos: “Me incomoda não ter direitos, a diretoria não é correta com a gente” [classificador]. “Só o erro do pessoal do escritório [cooperativa gestora] me incomoda” [classificador]. Essa desconfiança era um índice da exploração a que se sentiam alvos.

A impressão geral que Birkbeck (1979) narra ter tido em estudo com catadores de lixo em Cali foi a de que esses trabalhadores vivem em constante competição e conflito e são incapazes de se organizarem, o que seria originário do próprio sistema de trabalho, que tende a colocar uns trabalhadores contra os outros.

Isso vai ao encontro do que geralmente é narrado pela literatura sobre a questão da exploração dos catadores no Brasil (Adametes, 1999; Calderoni, 1998; Carmo et al., 2004; Gonçalves, 2003; Magera, 2003) e outros países em desenvolvimento (Birkbeck, 1979; Fahmi, 2006; Medina, 2000; Sicular, 1991). O enredo muda somente em relação a por quem eles se considerariam explorados, ou seja, se pelo poder público ou pelos compradores. Nesse estudo, nem mesmo os colegas escapam: “Hoje em dia só se pode confiar na própria família, e olhe lá” [classificadora]. “A minha relação com as pessoas daqui é ótima, me dou bem com dois ou três” [classificadora]. “Eu só confio em Deus” [puxador].

Assim, se eles não podem controlar o que fazem poder público, comprador e sociedade, eles podem fazê-lo em relação aos colegas. Havia um elevado nível de policiamento dirigido aos colegas – preocupação em averiguar se trabalhavam. Esse policiamento ocorria tanto pela necessidade de manterem um ritmo constante de trabalho para garantir salários razoáveis quanto para evitar furtos (de objetos pessoais), bastante frequentes. A desconfiança só era suspensa quando, no dia do pagamento, canalizavam-na aos administradores – ao tomarem ciência do valor da hora trabalhada no mês, que sofre variações constantes e por isso geraria protestos (desconfiança); ou quando ocorrem imprevistos que afetam a produção. Vales (adiantamento do salário) lhes eram permitidos. Contudo, segundo a gestão produtiva, isso gerava um problema, pois, em função disso, o valor recebido no fim do mês caía e eles não se

conformavam: “*Eles não percebem , esquecem o que houve para trás, os adiantamentos, os valse, o dinheiro para o transporte e o seguro...*” [gestora da produção]. Além dos vales, alguns tinham seus salários descontados em função do pagamento do transporte e do seguro: “*Antes a cooperativa pagava a condução da gente , agora não*” [classificadora]. Não soube o motivo desse corte. Acredita-se que tenha sido feito por questões financeiras, já que muitas outras garantias propostas no contrato assinado pela cooperativa gestora com a Comlurb não eram fornecidas.

A arquitetura dessa organização permite que os próprios cooperados controlem a produção de material reciclável, beneficiado uns pelos outros, a fim de que alcancem seus objetivos. Ocorre que os cooperados não gostavam de que seus salários fossem divididos coletivamente e reivindicavam o direito de receberem por produção individual, pois acreditavam que uns trabalhariam mais do que outros.

Como cooperados, todos os membros dessa organização recolhiam tributos (15% para o INSS e 15% para a manutenção das instalações). Como não se conformavam com esses tributos, sentiam falta de uma liderança mais representativa, em uma alusão clara à gestão da produção, a fim de sanar essa questão junto à cooperativa gestora e à Comlurb.

O dinheiro não dá pra gente. Essa semana, o que eu recebi comprei logo um botijão de gás pra minha mãe... A gente vê no Natal todo mundo comprando presente e a gente não tem 13.º, por isso que as pessoas fazem besteira... [varredor]

Pago para trabalhar, gasto dois ônibus por dia... Aqui o pessoal trabalha satisfeito até três dias após o pagamento, depois, volta tudo ao normal. [puxador]

Mais de uma vez admitiram que amigos e familiares costumavam fazer alusão não ao tipo de trabalho ou ao objeto com que lidavam – conforme ocorreria com os catadores de rua –, mas ao baixo salário que recebiam: “Açam um absurdo com o que eu trabalho e ganhar esse salário” [classificador].

Esses ganhos ínfimos costumam ser atribuídos à má-fé da cooperativa gestora. Tal cooperativa, no entanto, parece bancar as adversidades inerentes ao contexto do trabalho desse grupo, marcado por elevado absenteísmo e rotatividade. De modo que cabe a ela decidir sobre divisão de tarefas, fiscalização do trabalho, cumprimento de metas, venda do material, bem como treinamento de novos funcionários. A Comlurb também atuaria junto à CSR, na medida em que fornece o reciclável para a separação, garante a manutenção das instalações e disponibiliza uma área enorme para acúmulo antes da negociação final.

Além do mais, a cooperativa gestora sugeria formas de organização e de distribuição do trabalho, transferindo cooperados entre os núcleos da CSR por ela administrados e fornecendo apoio em tecnologia de gestão organizacional, financeira, legal e social, apoiada por um cooperado (gestor da produção) escolhido entre aqueles com bom desempenho. Esse gestor lidava com as questões burocráticas do grupo perante a Comlurb (como fornecimento de matéria-prima, pesagem e controle dos fardos produzidos) quando se reunia para calcular os valores do mês e sua distribuição para os cooperados.

Segundo alguns representantes do poder público, o projeto da CSR, consistia em uma organização participativa, em que as tarefas eram bem distribuídas e os cooperados agregavam valor aos resíduos quando os separavam e os prensavam. Contudo, eram patentes a

ausência de autonomia e a dependência de alguém que conhecesse o processo de negociação, pois sempre que recebiam o salário repetiam as mesmas frases:

Tem roubo [classificadora].

Mas quem rouba? [observadores].

A Q [cooperativa gestora] [classificadora].

Mas não tem jeito de os cooperados controlarem a produção? [observadores].

É, mas acontece que eles fazem uma conta aqui e os outros fazem outra lá e dá diferente e ninguém sabe por quê. (...) A Comlurb diz que não quer nem saber, que isso é coisa deles [entre a cooperativa gestora e os compradores] [classificadora].

A incompreensão sobre os ganhos ocorre porque recicláveis como o papel e o plástico têm seu valor definido pelo mercado de *commodities* e pela demanda de matéria-prima pelas indústrias. O atravessador lucra exatamente por poder comprar em épocas de baixa procura e de muita oferta de material e por poder estocar, o que uma cooperativa não tem condições de fazer por não ter espaço suficiente.

A alta rotatividade do grupo – em virtude de demissões por indisciplina ou de inserção em outro tipo de trabalho – talvez ajude a explicar a incompreensão, pois não tinham tempo suficiente para assimilar informações e instruções relevantes, tema dos treinamentos constantes que tinham de ser feitos com os recém-contratados. A ausência dessas instruções resultava em uma separação mal feita e, conseqüentemente, em um material com baixo valor agregado.

Não obstante essa rotatividade, a ausência de transparência nos negócios da organização também os impedia de compreender melhor o cálculo dos gestores, que incluía, além da sazonalidade, essa qualidade baixa. Dos 21 cooperados ouvidos, nenhum conhecia o comprador da mercadoria, menos ainda como ele era escolhido. Se, em uma cooperativa, todos são donos do negócio, cabendo uma igualdade de poder entre as partes, talvez o fato de não terem entrado com capital para sua formação justifique tal assimetria de informação, mas, como isso não lhes era explicado, interpretavam como indiferença e exploração (roubo).

Essas constatações abrem espaço para que se pense sobre a importância e a necessidade de deter o conhecimento sobre a lógica desse comércio como forma de emancipação dos grupos que constituem alvo de políticas públicas como essa. Do contrário, até o momento, é possível afirmar apenas que o estigma foi substituído em suas falas pela ideia de exploração. Mas o que teria permitido ao estigma ceder lugar à exploração?

Não obstante tais problemas, a CSR inova quando ameniza o estigma com sua estrutura de manuseio de resíduos obtidos na fonte. Um dos primeiros aspectos que chamaram a atenção durante as observações foi a ausência de rejeição dos classificadores no que tange à manipulação de resíduos. Provavelmente isso ocorre porque manuseiam um objeto que já vem separado pelos geradores, logo, descaracterizado como lixo.

No entanto, o isolamento estabelecido entre classificadores e pedestres e transeuntes talvez seja outro aspecto que ajude a explicar esse fato, visto que estão protegidos dos “olhares” a que os catadores de rua fazem referência, em alusão aos que passam por eles enquanto coletam (Carmo et al., 2004; Carmo, 2005). Esse gesto, considerado um índice do significado negativo atribuído ao lixo e, conseqüentemente, da catação (estigma), não se manifesta junto ou diante deles (Carmo et al., 2004; Carmo, 2005).

4. DISCUSSÃO

Os signos são as lentes de contato que propiciam, por meio dos sentidos (visão, audição, paladar, tato, olfato), o estabelecimento de uma compreensão relativa do mundo (Santaella, 2001). Nessa compreensão relativa – dado que os significados são cambiantes –, os signos gerariam equívocos ao retirar a possibilidade de contato com o sensível (sentidos ou sensações), por representarem não só formas, mas também sentimentos (além de ideias, discursos). Tais equívocos se relacionam à pletora de significados a que um determinado objeto pode ser remetido, em função dos contextos em que ele é evocado. Os objetos a que se atribui o significado de lixo, por exemplo, recebem denominações distintas, de acordo com os contextos nos quais estão inseridos, daí a possibilidade de o que é classificado como lixo para uma pessoa não sê-lo para outra (Douglas, 1976; Eigenheer, 2003; Rodrigues, 1992; 1995). Assim, o que para o catador pode ser um objeto de valor para o consumidor (gerador) pode ser algo sem utilidade e para um artista plástico, matéria-prima.

Da mesma forma, a função do olhar se altera, deixando de ser índice de estigma. A relação do olhar com a formação da identidade foi estabelecida, entre outros, por Lacan (1998), para quem é na condição de ser olhado (o bebê) pela mãe (o outro), em um primeiro momento – ou de ter o olhar da mãe dirigido a ele (bebê) –, e de mais tarde se reconhecer (ele mesmo, o bebê) no espelho, que a criança se dá conta de sua existência no mundo. Ainda sobre o olhar, segundo Lasch (1983), ao assumir a posição de observador, uma pessoa pode assumir também o lugar de determinante dos papéis sociais para os atores que se encontram a seu redor.

Não obstante essas considerações sobre o olhar, “não ser olhado” também seria uma questão importante, a da invisibilidade pública. Costa (2002; 2004), em estudo sobre garis na cidade de São Paulo, tenta demonstrar a ocorrência de fenômeno oposto ao “ser olhado”, de que tanto falaram os catadores de rua do Rio de Janeiro (Carmo, 2009a). Aqueles seriam invisíveis exatamente por executarem tarefa alvo de estigma (que é a de varrer). No caso dos classificadores, é como se fossem refratários aos olhares externos à cooperativa, por não estarem expostos, ao contrário da exposição permanente do catador e do contato com pessoas de *status* social mais elevado (os transeuntes e geradores, no caso).

O denominador comum entre os trabalhos corrompidos – geradores de estigma – não são os atributos específicos da tarefa, mas a repugnância visceral das pessoas em relação a esses atributos. Para Douglas (1976), a sociedade associa limpeza com bondade e sujeira com maldade, de modo que limpeza e sujeira assumem implicações morais. Isso ajuda a compreender a confusão que os catadores fazem ao mostrarem que a percepção que julgam que a sociedade tem deles seja a mesma por ela estabelecida com o lixo: como algo ruim e que deve ser evitado (Carmo et al., 2004).

A separação dos resíduos pelos geradores surge, neste artigo, como uma das contribuições mais diretas que modelos como o de usinas promoveriam no processo de mudança no significado (semântica negativa) do lixo. Já a não exposição ao olhar é uma das contribuições mais diretas no processo de mudança no significado da tarefa (estigma). Contudo, será que a ausência de olhares é algo positivo para a legitimação da tarefa de manuseio de resíduos?

Segundo Hughes (1962), os trabalhadores do *dirty work* – termo cunhado para designar tarefas consideradas socialmente degradantes – seriam necessários para a manutenção da ordem, a partir da qual outros membros da sociedade poderiam se considerar limpos ou superiores. A civilização só é possível porque alguém desempenha tarefas ligadas a *dirty works*. Um líder não comanda seus subordinados ao mesmo tempo que executa seus inimigos. Pelo contrário, é pela função de comando que exerce que pode mandar executá-los diante da

possibilidade que tem de delegar a alguém a responsabilidade pela tarefa repugnante de execução. Da mesma forma, a sociedade não vê o *dirty work* como algo sem importância ou trivial; ela o reconhece como um trabalho necessário, mas cuja presença ameaça a ordem que esse próprio trabalho ajuda a garantir, de modo que a sociedade lida com esse fato constrangedor mantendo distância dele e daqueles que o executam.

Embora a organização do trabalho dos classificadores possa, em um primeiro momento, levar a pensar na ideia de que a distância mantida em relação aos *outsiders* ajuda a amenizar o estigma de suas tarefas, subsiste a indagação sobre de onde poderiam advir as influências ou categorias necessárias para a formação de uma identidade profissional. Uma vez que se encontrariam afastados dos mesmos olhares através dos quais seria possível advir o reconhecimento de tal identidade? Se assumirmos que a validação social passa pelo estabelecimento de contato com indivíduos situados em outras categorias sociais, que vão fazer com que uma determinada ocupação receba diferentes atributos, de acordo com os observadores externos e internos, esses *outsiders* que olham (e estigmatizam) são os mesmos, ou os únicos, que teriam potencial para legitimá-los socialmente.

Se há alguma interação possível, esta ocorre entre a sociedade em geral, consumidora e produtora de resíduo, e os recicláveis que ela ajuda a configurar (para a coleta seletiva). O classificador só tem contato com os visitantes do local: “Tem muita discriminação porque não tiveram [a sociedade] instrução” [classificador]. “Os militantes [ecologistas e ambientalistas que visitam o local] ficam espantados olhando [para o processamento]” [classificador].

A maioria dos classificadores manifestou não ter problemas em manusear coisas que as pessoas descartaram: “Eu não tenho vergonha, mas tem colega que tem” [classificadora].

Eles não souberam responder questões relativas à importância dada pela sociedade a esse trabalho. De todos os entrevistados, apenas um mencionou o interesse da sociedade pelos resíduos, porém muito mais pelo valor econômico do produto – valorização do lixo – do que pela preocupação com os aspectos sociais embutidos na adesão à coleta seletiva.

Da mesma forma, em momento algum foi encontrada na mídia impressa menção aos trabalhadores das CSRs, mas sim ao processo de idealização e de implementação de suas instalações e engenharia. É como se, da mesma forma que os cooperados da CSR desconhecem o destino final daquilo que beneficiam – “o dinheiro daqui [da CSR] vai para o bolso do patrão” [classificador] –, a sociedade ignora a existência do classificador que se beneficia do resíduo que ela separa.

Contudo, não é só a atuação da sociedade que contribui para ressignificar esse *dirty work*, pela via da ressignificação do resíduo, diga-se de passagem. Uma organização que propicia um ambiente cuja geografia é bem delimitada (previsível), que os impede de coletar resíduos nas ruas – muitas vezes em locais indeterminados como fazem os catadores de rua – e que se pauta em disciplina, regras e instalações adequadas também ajuda a dar um significado a este trabalho. É como se a disciplina, nesse caso, possibilitasse a estruturação do trabalho e, concomitantemente, a dos trabalhadores.

A baixa autoestima, por sua vez, se não surgia por trabalharem com resíduos, manifestava-se na percepção sobre uma remuneração muito baixa em troca de sua mão de obra, quando as comparavam à de catadores informais de rua. Essa constatação não é, contudo, motivo suficiente para motivá-los a se organizar em busca de melhores condições financeiras, já que consideram esse trabalho algo temporário.

5. CONCLUSÃO

Os resultados do presente estudo – em que o poder público atua diretamente com os classificadores – apontam para a ausência de transparência nas transações comerciais como algo que reforça o baixo capital social e o não engajamento desse grupo na tarefa. A incompreensão sobre a lógica do mercado de recicláveis faz com que a gestão e o repasse dos ganhos sejam questionados e interpretados como exploração ou trapaça. Aos olhos da administração executiva, porém, é a complexidade que envolve a cadeia dos recicláveis que resultaria nos ganhos pífios. A assimetria de informação reflete o teor ou o nível de interação existente entre cooperados e gestores (públicos ou da cooperativa).

Ao observar o ambiente de trabalho dos classificadores – suas instalações e dinâmica de trabalho –, é possível constatar (ou afirmar) que houve potencial para o desenvolvimento de uma identidade profissional, mas para isso teria sido preciso que os laços entre eles e a organização tivessem sido estreitados. A noção de reciclados, e não de lixo (ou coisa abjeta), presente no ambiente da CSR parece ter sido um aspecto favorável para isso.

Nesse sentido, os classificadores da CSR seriam os profissionais do elo inicial da cadeia da reciclagem que, pela primeira vez, trabalhariam com material que apresenta uma *gestalt*. A CSR, assim, seria um modelo de organização que permite ressignificar o resíduo e o trabalho com esse material. Por outro lado, a remuneração (baixa) e a ausência de transparência nas transações mostraram-se como empecilhos para uma maior adesão a esse trabalho.

Embora a semântica negativa do lixo deixasse de ofuscar a realidade de uma profissão tachada de degradante, para um observador externo passaria a causar asco não o caráter amorfo dos resíduos, e sua consequente repugnância, mas sim os baixos salários que os trabalhadores da usina obtêm. Isto sim, considerado por nós como o fator que impactaria na organização do trabalho, reconhecimento social e identidade profissional deles.

Por fim, embora essa cooperativa não exista mais, acreditamos que ela tem contribuições fundamentais para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para pessoas que manuseiam resíduos. Sendo assim, da mesma forma que a sociedade precisaria ressignificar o lixo para ressignificar a representação do trabalho, esse trabalhador precisaria dominar os significantes do mercado para que finalmente pudesse se apossar do processo de negociação para que práticas de exploração e roubo fossem superadas.

Agradecimentos: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – EBAP/FGV.

REFERÊNCIAS

- Adametes, C. M. (1999). *O olhar da inclusão: possibilidades de pesquisa com uma catadora de lixo*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Araraquara, SP, Brasil.
- Araújo, M. C. S. (2003). *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ashfort, B. & Kreiner, G. (1999). “How can you do it?”: dirty work and the challenge of constructing a positive identity. *Academy of Management Review*, 24 (3), 413-434.
- Bastos, V. P. (2008). *Catador: profissão. Um estudo do processo de construção identitária, do catador de lixo ao profissional catador. Jardim Gramacho, de 1996 aos dias atuais*. Tese

de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Birkbeck, C. (1979). Self-employed proletarians in an informal factory: the case of Cali's garbage dump. *World Development*, 6 (9/10), 1173-1185.

Brito, E. (2001). *Programa Cooperativas de Catadores (balanço sintético: 1993/2000)*. Rio de Janeiro: Diretoria de Serviços Oeste, Prefeitura Comlurb, fev.

Calderoni, S. (1998). *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo: Humanitas.

Carmo, M. S.; Migueles, C. P. & Oliveira, J. A. P. (2004). A semântica do lixo, o estímulo à reciclagem e o trabalho dos catadores do Rio de Janeiro: um estudo da relação entre significado e ação econômica. *Integração – A Revista Eletrônica do Terceiro Setor*, ano 7, 34.

Carmo, M. S. (2005). A semântica negativa do lixo como fator positivo à sobrevivência da catação – estudo de caso sobre a associação dos recicladores do Rio de Janeiro. *Anais do Encontro Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Brasília, DF, Brasil.

Carmo, M. S. (2008). *A problematização do lixo e dos catadores: estudos de caso múltiplo sobre políticas públicas sob uma perspectiva foucaultiana*. Tese de doutorado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Carmo, M. S. (2009a). A semântica negativa do lixo como aspecto positivo: um estudo de caso sobre uma associação de recicladores na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. *Administração Pública e Gestão Social*, 1, 21-50.

Carmo, M. S. (2009b). A semântica negativa do lixo e o desenvolvimento socioeconômico dos catadores de recicláveis – considerações sobre um estudo de caso múltiplo em cooperativas na cidade do Rio de Janeiro. *Cadernos EBAPE.BR* (FGV), 7, 1-16.

Carvalho Filho, P. (2006). Entrevista. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/Comlurb/>. Acesso em 23 fev. 2006.

Castillo Berthier, H (2003). Garbage, work and society. *Resources, Conservation and Recycling*. (39), 193-210.

Contrato n. 127/2003. Disponível em www.rio.rj.br/Comlurb. Acesso em mar. 2005.

Costa, F. (2002). *Garis: um estudo de psicologia sobre invisibilidade pública*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Costa, F. (2004). *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo.

Douglas, M. (1976). *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva.

Eigenheer, E. M. (2003). *Lixo, vanitas e morte: considerações de um observador de resíduos*. Niterói: EdUFF.

Eigenheer, E. M.; Ferreira, J. A. & Adler, R. (2005). *Reciclagem: mito e realidade*. Rio de Janeiro: In-Folio.

Fahmi, W.S. (2006). Cairo's Zabeleen garbage recyclers: multi-nationals' takeover and state relocation plans. *Habitat International*, 30, 809-837.

Foucault, M. (1989). *História da loucura*. 2.^a ed. São Paulo: Perspectiva.

Freud, S. (1995). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Obras completas de Sigmund Freud* (vol. 7). Rio de Janeiro: Imago.

- Furedy C. (1984). Socio-political aspects of the recovery and recycling of urban wastes in Asia. *Conserv Recycling*, 7 (2-4), 167-173.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- Gonçalves, M. P. (2006). *Do material reciclável sobreviver, resistir e dele uma identidade construir*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
- Gonçalves, P. (2003). *A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos*. Rio de Janeiro: DP&A/Fase.
- Hughes, E. (1962). Good people and dirty work. *Social Problems*, (10), 3-11.
- Jansen, T. (2009). Catadores de lixo: atividade garante 40 mil pessoas no RJ. *Jornal do Brasil*, 2 de novembro.
- Kaseva, M. E. & Gupta, S. K. (1996). Recycling: an environmentally friendly and income generating activity towards sustainable solid waste management. Case study – Dar es Salaam City, Tanzania. *Resources, Conservation and Recycling*, (17), 299-309.
- Kliksberg, B. (2002). As chaves esquecidas do desenvolvimento. *Programa de Promoção da Reforma Educativa na America Latina: PREAL*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV.
- Lacan, J. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lasch, C. (1983). *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago.
- Magera, M. C. (2003). *Os empresários do lixo – um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo*. Campinas: Átomo.
- Medina, M. (1998). Border scavenging: a case study of aluminum recycling in Laredo, TX and Nuevo Laredo, Mexico. *Resources, Conservation and Recycling*, (23), 107-126.
- Medina, M. (2000). Scavenger cooperatives in Asia and Latin America. *Resources, Conservation and Recycling*, (31), 51-69.
- Medina, M. (2001). Scavenging in America: back to the future? *Resources, Conservation and Recycling*, (31), 229-240.
- Medina, M. (2007). *The world's scavenger: salvage for sustainable consumption and production*. United Kingdom: Altamira Press.
- Nogueira, J. (1996). *Viver sobre o lixo e sobreviver do lixo: um estudo com catadores de lixo em Vitória Espírito Santo*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil.
- Portilho, M. F. (1997). *Profissionais do lixo: um estudo sobre as representações sociais de engenheiros, garis e catadores*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Projetos da Comlurb. *Cooperativa de Catadores*. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/Comlurb>. Acesso em: fev. 2005.
- Putnam, R. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: FGV.
- Rodrigues, J. C. (1992). A cultura do lixo e sua angústia. In *FALAS em torno do lixo* (pp. 7-11). Rio de Janeiro: Iser/Polis.

- Rodrigues, J. C. (1995). *Higiene e ilusão: o lixo como invento social*. Rio de Janeiro: NAU.
- Rodriguez, C. (2003). À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In B. S. Santos. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* (pp. 281-314). Porto: Afrontamento.
- Santaella, L. (2001). *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal*. São Paulo, Iluminuras.
- Sembiring, E. & Nitivattananon, V. (2010). Sustainable solid waste management toward an inclusive society: integration of the informal sector. *Resource Conservation and Recycling* (available on line).
- Sicular, D. (1991). Pockets of peasants in Indonesian cities: the case of scavengers. *World Development*, 19 (2/3), 137-161.
- Simpson, R. & Simpson, I. H. (1959). The psychiatric attendant: development of an occupational self-image in a low-status occupation. *American Sociological Review*, 24 (6), 389-392.
- Spink, M. & Menegon, V. M. (2000). A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In M. Spink (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano – aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 63-91). 2.^a ed. São Paulo: Cortez.